



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração - SA
Departamento de Recursos Materiais – DRM

Termo de Referência DRM 2023 0004

O presente termo de referência, na forma do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021, contém os “*parâmetros e elementos descritivos*” necessários ao balizamento da contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

NATAL / RN

[Junho 2023]

Elaborado por:

BERNARDO CAMPOS CAVALCANTI

EUDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE

GEORGE ROSADO CASCUDO RODRIGUES

IEDA MARIA DOS SANTOS

Processo SIGAJUS 04101.034927/2023-56.

- 1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO** (alínea “a” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): Contratar empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, composta pelos 15 veículos automotores abaixo listados, nas condições detalhadas no item “3 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO”;

ITEM	MARCA / MODELO	FABRICAÇÃO / MODELO	CHASSI	PLACA	BLINDADO	BÔNUS	VALOR DA BLINDAGEM
1	Toyota / Corolla	2022 / 2023	9BRB33BE3P2096501	RET 1A70	SIM	1	R\$ 80.000,00
2	Toyota / Corolla	2022 / 2023	9BRB33BE7P2096095	RET 1A71	SIM	1	R\$ 80.000,00
3	Toyota / Corolla	2022 / 2023	9BRB33BE6P2095634	RET 1A72	SIM	1	R\$ 80.000,00
4	Toyota / Corolla	2022 / 2023	9BRB33BEXP2095510	RET 1A74	SIM	1	R\$ 80.000,00
5	Toyota / Hilux SW4	2009 / 2009	8AJYZ59G893034476	NNJ 3093	NÃO	1	Não aplicável
6	Fiat / Doblo	2016 / 2016	9BD11960SG1137343	QGH 4327	NÃO	1	Não aplicável
7	Fiat / Doblo	2016 / 2016	9BD11960SG1137076	QGH 4337	NÃO	1	Não aplicável
8	Fiat / Doblo	2016 / 2016	9BD11960SG1137009	QGH 4347	NÃO	1	Não aplicável
9	Fiat / Siena	2016 / 2017	9BD19716TH3312640	QGH 6897	NÃO	1	Não aplicável
10	Mercedes-Benz / Sprinter	2017 / 2018	8AC906633JE144681	FCI 5511	NÃO	1	Não aplicável
11	Mercedes-Benz / Sprinter	2016 / 2017	8AC906633HE126547	QGQ 5690	NÃO	1	Não aplicável
12	Renault / Duster	2017 / 2018	93YHSR3J3JJ144164	PRI 0627	NÃO	1	Não aplicável
13	Renault / Duster	2017 / 2018	93YHSR3J3JJ144166	PRI 0637	NÃO	1	Não aplicável
14	Renault / Duster	2016 / 2016	93YHSRC4NGJ465755	Q GK 1649	NÃO	1	Não aplicável
15	Toyota / Hilux SW4	2009 / 2009	8AJYZ59G793034811	NNJ 1443	NÃO	1	Não aplicável

1.1 Da não participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

Na forma do art. 3º, §4º, VIII, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, combinado com o disposto no parágrafo único do art. 757 do Código Civil (Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), não será permitida a participação de microempresas e de empresas de pequeno porte;

- 1.2 Da caracterização do objeto como serviço comum:** Nos termos do inciso XIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os serviços que se intenta contratar são considerados comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem e serão “objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, com base nas informações constantes deste termo de referência.

2 DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): O presente termo de referência está fundamentado nos conceitos e informações constantes do **Estudos Técnicos Preliminares DRM 2023 0004**, que foi acostado aos autos do processo Sigajus 04101.034927/2023-56;

3 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): Seguro total contra roubo ou furto e sequestro, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto e sequestros, incluindo os vidros; colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento; raio e suas consequências, incêndio, explosão e acidentes que envolvam descargas elétricas, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado; submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros; danos acessórios referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica, com as seguintes coberturas:

3.1 Franquia: reduzida;

3.2 Casco: 100% da Tabela FIPE;

3.3 Valor segurável para blindagem: R\$ 80.000,00, **apenas para os veículos dos itens 1 a 4;**

3.4 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais), no mínimo:

3.4.1 Valor para indenização de danos materiais de, no mínimo, R\$100.000,00;

3.4.2 Valor para indenização por danos pessoais de, no mínimo, R\$100.000,00.

3.5 Acidente por passageiro (APP):

3.5.1 Valor para indenização por morte de passageiro de, no mínimo, R\$50.000,00;

3.5.2 Valor para indenização por invalidez de passageiro de, no mínimo, R\$50.000,00.

3.6 Assistência 24 horas, compreendendo, no mínimo:

- 3.6.1 Cobertura para os vidros;
- 3.6.2 Cobertura para faróis, lanternas e retrovisores;
- 3.6.3 Socorro mecânico e guincho com quilometragem livre;
- 3.6.4 Chaveiro, reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;
- 3.6.5 Veículo reserva com condicionador de ar, pelo período de manutenção, sem ônus para o Contratante, por até 30 dias;
- 3.6.6 Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- 3.6.7 Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

3.7 Das condições gerais:

- 3.7.1 **Apólice atual:** 2143000116431, MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, **relativa aos veículos dos itens 1 a 4**, e 20013867, SEGUROS SURA S/A., **relativa aos veículos dos itens 5 a 15**;
- 3.7.2 O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 dias corridos, contados do dia da entrega, pelo Contratante, de toda a documentação exigida pela contratada;
- 3.7.3 Os veículos são conduzidos exclusivamente por motoristas profissionais e/ou oficiais e, quando não estão em diligência externa, os veículos permanecem todo o tempo, inclusive em finais de semana e feriados, recolhidos em estacionamento privativo e fechado do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte;
- 3.7.4 Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Contratante no período da vigência do seguro;
- 3.7.5 Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral.

4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea "d" do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): Para fins de habilitação quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, a licitante deverá apresentar:

- 4.1 **Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, com o intuito de comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública, garantindo a execução dos serviços;

4.2 Nos termos do artigo 15 da LEI Nº 14.133/2021, é vedada a participação de empresas em consórcio. E essa vedação, que não limitará a competitividade do certame licitatório, é plenamente justificada tanto pelo tipo e simplicidade do serviço a contratar quanto pelo baixo valor envolvido. Admitir a participação de empresas em consórcio só traria maior complexidade ao processo licitatório, sem contrapartida que justificasse esse ônus, não se revelando vantajoso para a Administração;

5 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

5.1 Da central de atendimento da contratada: Para possibilitar a comunicação de eventuais sinistros, a contratada deverá colocar à disposição do Contratante, em regime de 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados), uma CENTRAL DE ATENDIMENTO, acessível via telefone, e-mail e aplicativo de mensagens – WhatsApp ou Telegram;

5.2 Dos serviços decorrentes de sinistro:

5.2.1 Na ocorrência de sinistro, a contratada deverá realizar o exame das causas, danos e as circunstâncias **no prazo máximo de 05 dias úteis**, contados da comunicação da ocorrência do sinistro pelo Contratante, para avaliação dos danos e conclusão a respeito da cobertura que deve ser dada, adotando-se todas as providências necessárias para o efetivo cumprimento do objeto contratado, que deverá ser realizado no prazo de 30 dias corridos, dando a regular quitação do serviço;

5.2.2 Decorrido o prazo dos 5 dias acima estabelecido, sem que haja pronunciamento por parte da contratada, o Contratante poderá autorizar a realização da correção do dano, devendo a contratada arcar integralmente com os ônus da execução;

5.2.3 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração securitária será automática, sem cobrança de prêmio adicional;

5.2.4 Ocorrendo sinistro em veículo em garantia, os serviços de recuperação deverão ser executados em oficina da concessionária autorizada;

- 5.2.5 Ocorrendo sinistro em veículo fora de garantia, os serviços de recuperação deverão ser executados em oficina escolhida pelo Contratante, dentre aquelas credenciadas pela contratada;
- 5.2.6 Em caso de furto ou roubo, até antes do pagamento da indenização, o veículo poderá ser restituído ao Contratante, obedecendo-se as regras seguradas para recuperação;
- 5.2.7 Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de três horas, contado do aviso de sinistro, independentemente da localização do veículo.

6 DA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

6.1 Da assinatura do contrato: Depois de homologado o resultado do certame licitatório, o TJRN, na forma do artigo 90 da LEI Nº 14.133/2021, dentro do prazo de validade da respectiva proposta, convocará o vencedor do certame para, **no prazo de até cinco dias úteis**, contados da convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

- 6.1.1 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pelo TJRN;
- 6.1.2 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação;
- 6.1.3 Quando o licitante convocado não assinar a contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, respeitada a ordem de classificação;
- 6.1.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

6.2 Da vigência do contrato: O contrato que frutificar do futuro certame licitatório **vigará por 12 meses** e será regido pelas regras de direito privado e condições fixadas pelo órgão regulamentador competente, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

6.3 Do início da vigência do contrato: O futuro contrato **passará a vigor a partir da data da assinatura;**

6.4 Da apólice: Depois de assinado o contrato, a contratada se obrigará a entregar a respectiva apólice, **no prazo de até dez dias úteis**, contados da data de assinatura do contrato.

6.4.1 O prazo para entrega da apólice poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando formalmente solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pelo TJRN;

6.4.2 Vencido o prazo, inicial ou da eventual prorrogação, sem que a apólice tenha sido entregue, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a licitante contratada sujeita às penalidades previstas neste termo de referência e no respectivo contrato;

6.4.3 Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela Contratada, mediante endosso;

6.4.4 Eventuais retificações de informações na apólice, tais como endereço, chassi e placas de veículos, poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela Contratada, mediante endosso;

6.4.5 O prazo para emissão de endosso não deverá ser superior a 10 dias úteis, contados do pedido expedido pela Contratante.

6.5 Da fiscalização do contrato: Na forma do artigo 117 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se que os servidores **George Rosado Cascudo Rodrigues**, matrícula nº 203.541-3, e **Iêda Maria dos Santos**, matrícula nº 203.473-5, lotados na Subseção de Transporte, atuarão, respectivamente, como FISCALIS DO CONTRATANTE, titular e substituto, junto à contratada e à Administração para garantir a melhor execução contratual, inclusive quanto à avaliação e recebimento das apólices e serviços.

6.5.1 **Do preposto da contratada:** No ato da assinatura do contrato, a contratada deverá informar nome e contatos (telefone e-mail) do seu preposto, que a representará durante todo o período de vigência do contrato;

6.5.2 No ato da assinatura do contrato, a contratada também deverá informar corretor de seguro ou empresa responsável pelos

serviços de atendimento ao segurado em situação de sinistros, disponibilizando ao Contratante todos os contatos disponíveis (telefone, e-mail e aplicativo de mensagens – WhatsApp ou Telegram) em caso de necessidade por possível assessoramento;

6.5.3 A fiscalização realizada pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, de conformidade com o artigo 120 da LEI Nº 14.133/2021.

6.6 Da subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato;

6.7 Da fusão, cisão ou incorporação: Nos casos em que a contratada sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação, desde que a execução do contrato não seja afetada e que a empresa mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e das condições de habilitação;

6.8 Da inexecução e da extinção do contrato: O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, podendo culminar na extinção do contrato, na forma da Lei, em especial do disposto no artigo 137 da LEI Nº 14.133/2021;

6.9 Da garantia: Nos termos do artigo 96 da LEI Nº 14.133/2021, não será exigida prestação de garantia;

6.10 São obrigações da contratada:

6.10.1 Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados;

6.10.2 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais ou terceiros contratados causarem a terceiros ou ao Contratante;

6.10.3 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;

- 6.10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 6.10.5 Comunicar, com antecedência e por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo Contratante;
- 6.10.6 Atender de imediato aos chamados do Contratante, em caso de sinistro, para que sejam providenciados todos os trâmites legais decorrentes do contrato a ser firmado.

6.11 São obrigações do Contratante:

- 6.11.1 Acompanhar e fiscalizar a correta execução do contrato;
- 6.11.2 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da contratada;
- 6.11.3 Comunicar à contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo adoção das providências necessárias;
- 6.11.4 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato.

6.12 Das sanções: Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às penalidades previstas em Lei e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- 6.12.1 Pelo atraso na entrega do serviço em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- 6.12.2 Pela recusa em efetuar a entrega do serviço, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- 6.12.3 Pela demora em substituir o serviço rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço recusado, por dia decorrido;
- 6.12.4 Pela recusa da contratada em substituir o serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do serviço rejeitado;
- 6.12.5 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no contrato ou no instrumento convocatório e não abrangida nos

subitens anteriores: 10% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;

6.12.6 As multas estabelecidas nos subitens 6.12.1 a 6.12.5 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

7 DO PAGAMENTO (alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Os pagamentos serão efetuados respeitando os seguintes prazos e condições:

7.1 Do pagamento antecipado do valor da contratação: Conforme possibilitado pelo §1º do artigo 145 da LEI Nº 14.133/2021, e por ser regra do mercado, o pagamento do valor da contratação será realizado de imediato;

7.2 Do pagamento de valores relativos a franquias: Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Contratante, prioritariamente, à concessionária ou oficina credenciada pela contratada, que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

7.3 Das condições para pagamento: Para que o pagamento possa ser efetuado, a contratada se obriga a fornecer, acompanhados das NOTA FISCAL/FATURA, os documentos abaixo listados:

7.3.1 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais);

7.3.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos Estaduais);

7.3.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;

7.3.4 Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (CND do INSS), emitida pela Receita Federal;**

7.3.5 Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.3.6 Prova de **Regularidade Trabalhista**: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011);

7.3.7 Nos documentos acima listados devem, obrigatoriamente, constar o mesmo CNPJ, a mesma razão social e o mesmo endereço da empresa participante do certame, observadas as demais disposições contidas em Edital.

7.4 Do prazo para pagamento: Na forma do artigo 141 da LEI Nº 14.133/2021 e desde que inteiramente atendido todo o disposto no ITEM 7.3 “DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO”, os pagamentos se darão conforme disposto na RESOLUÇÃO N.º 15-TJ, DE 09 DE MAIO DE 2018, que regula, no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, a ordem cronológica para pagamento de contratados, cópia anexa;

7.5 Da atualização do valor a pagar, no eventual atraso do pagamento: No caso da não efetivação do pagamento no prazo acima estabelecido, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

EM = i x N x VNF, onde:

EM são os encargos moratórios devidos;

N é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VNF é valor da Nota Fiscal/Fatura;

i é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é: **$i = [(\text{INPC} + \text{IGPDI}) / 2] / 365$**

7.5.1 O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;

7.5.2 Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPDI), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

8 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

8.1 Da apresentação das propostas: Na proposta deverá constar, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e dados bancários;

8.2 Do critério para seleção do fornecedor: Consoante permitido pelo inciso I do artigo 33 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se que o certame licitatório seja realizado por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, utilizando o **MENOR PREÇO OFERTADO EM GRUPO ÚNICO para o SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA de 15 VEÍCULOS** como critério para seleção do fornecedor;

8.3 Da possibilidade de vistoria dos automóveis: É facultada a realização de vistoria dos automóveis. E, para tanto:

8.3.1 A proponente interessada deverá informar, **até três dias úteis antes da data marcada para a realização do certame**, por envio de mensagem ao endereço eletrônico subsecaotransportes@tjrj.jus.br, com o assunto “SOLICITAÇÃO DE VISTORIA DOS AUTOMÓVEIS”, informando CNPJ da proponente, nome completo e CPF dos profissionais que realizarão a vistoria, bem como proposta de data e hora, para que se possa providenciar a disponibilização dos automóveis no dia e hora marcados. Logo após o envio, recomenda-se ligar para telefone 84-3673.8022, para confirmar o agendamento;

8.3.2 Os representantes da proponente deverão, obrigatoriamente, estar devidamente identificados no momento da vistoria;

8.3.3 A vistoria só poderá ocorrer até **um dia útil antes da data marcada para a realização do certame**;

8.3.4 A proponente que optar por não realizar vistoria e restar vencedora não poderá alegar, no momento da execução contratual, falta de conhecimento das condições para prestação do serviço com base na não realização da vistoria.

9 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): O valor máximo a ser ofertado para o SEGURO TOTAL DE PARTE DA FROTA de 15 VEÍCULOS é de R\$ 42.194,02, consoante pesquisa de preços realizada na forma da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, cujo relatório e síntese foram acostados aos autos do processo Sigajus 04101.017503/2023-54, na forma do artigo 23 da LEI Nº 14.133/202;

10 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021); Abaixo, a DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças nos autos processo 04101.034927/2023-56:

- 04131 02.122.0100.203501 339039 07590150 0000
- 04.131 02 122 0100 203501 3.3.90.39 07590150 0000
- 04.131 02 122 0100 203501 3.3.90.39 47590150 0000
- 04.101 02 122 0100 203301 3.3.90.39 05000100 0000

11 DA ADOÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO: Na forma do inciso IV do artigo 19 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se que o presente TERMO DE REFERÊNCIA seja adotado como PADRÃO para todas as futuras contratações de SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, uma vez que, salvo melhor juízo, atende a todos os requisitos dessa Lei e consolida a forma de contratação de seguros de veículos que vem sendo adotada desde a gestão passada com êxito pela Administração, homenageando os princípios da eficiência, economicidade e duração razoável do processo.

Natal, 29 de junho de 2023.

Eudes Albuquerque de Andrade

Presidente da Comissão instituída pela
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 151.431-8

Bernardo Campos Cavalcanti

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 162.962-0

George Rosado Cascudo Rodrigues

Membro da Comissão instituída pela
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 203.541-3

Iêda Maria dos Santos

Membro da Comissão instituída pela
Portaria Nº 177/2022-TJ-SG
Matrícula 203.473-5

Emitido em 29/06/2023

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 90/2023 - DRM (11.14.01.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:51)

BERNARDO CAMPOS CAVALCANTI

ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE

DIC (11.14.01.01.04.01)

Matrícula: 1629620

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:51)

EUDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS -

TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DRM (11.14.01.01.04)

Matrícula: 1514318

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:53)

GEORGE ROSADO CASCUDO RODRIGUES

CHEFE DE SUBSEÇÃO DE TRANSPORTE - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

SUBTRANS (11.14.01.01.04.02.02.02)

Matrícula: 2035413

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 09:55)

IEDA MARIA DOS SANTOS

AUXILIAR JUDICIÁRIO - TITULAR

SUBTRANS (11.14.01.01.04.02.02.02)

Matrícula: 2034735



Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sigajus.tjrn.jus.br/documentos/> informando seu número: **90**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação: **9a2f18debb**